

Subcomissão tem futuro incerto

Senado Federal

LUIZA DAMÉ

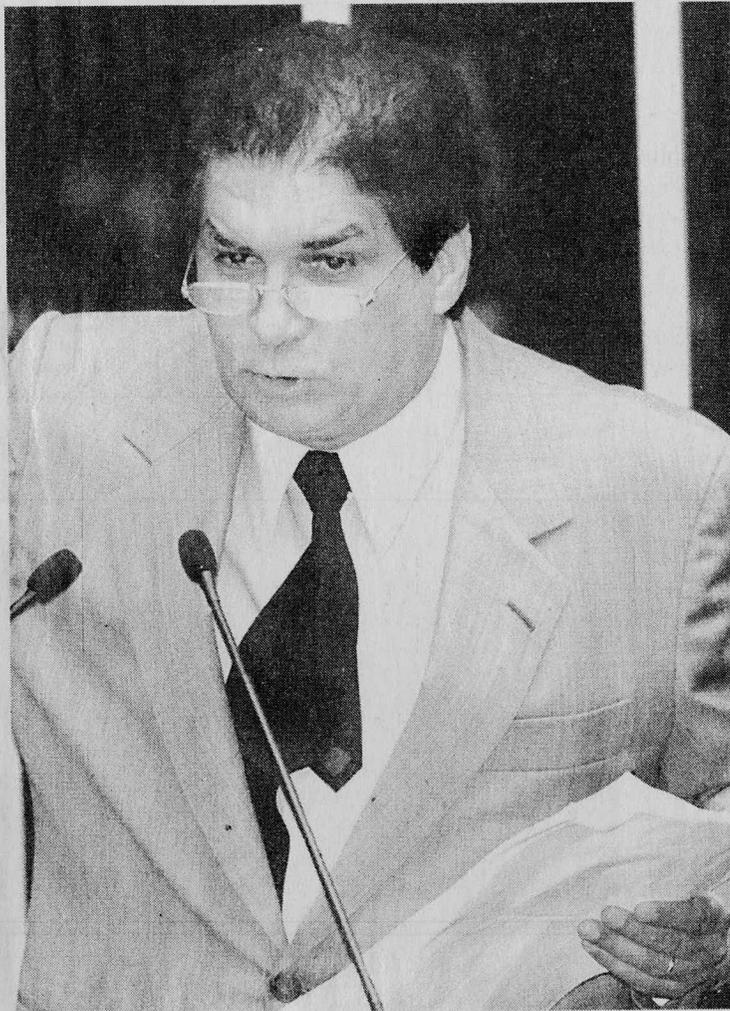
Fernando Bizerra Jr. - 22/2/2000

BRASÍLIA – O futuro da subcomissão do Senado que investiga Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República, será decidido terça-feira pelos líderes partidários. Em processo de esvaziamento que culminou com a saída dos senadores da oposição e a renúncia do presidente, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a subcomissão deverá perder também o senador Edison Lobão (PFL-MA).

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), à qual a subcomissão está subordinada, senador Agripino Maia (PFL-RN), disse ontem que pedirá aos líderes partidários a indicação de novos integrantes, para dar prosseguimento aos trabalhos iniciados no mês passado.

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), decidirá na próxima semana se o partido continuará ou não na subcomissão. O pemedebista Renan Calheiros deixou a presidência alegando que não permaneceria numa subcomissão "chapa branca", integrada só por governistas.

A oposição decidiu concentrar esforços na Comissão de Fiscalização



Jader vai decidir se PMDB indica ou não substituto de Renan

zação e Controle, para onde foram transferidas as investigações da denúncia tráfico de influência contra o ex-secretário-geral da Presidência. A tática oposicionista é esgotar todas as instâncias regimentais e provar que só uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) poderá apurar denúncias contra Eduardo Jorge.

O senador Agripino Maia disse que é "muito cedo" para criar a CPI. "Precisamos saber quem serão os novos integrantes e analisar o que já foi feito até agora pela subcomissão. Há matéria-prima para ser apreciada", afirmou. O presidente da CCJ informou que vai pedir aos líderes que indiquem os substitutos. "Se eles indicarem, a subcomissão continuará funcionando. Se não, vou levar para a CCJ".

A criação da subcomissão foi sugerida pela CPI do Judiciário, para dar continuidade às investigações de irregularidades na Justiça. A instalação ocorreu no mês passado, após manobra governista que evitou a criação de uma CPI para apurar o suposto envolvimento de Eduardo Jorge no desvio de R\$ 169,5 milhões das obras do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

08 SET 2000

JORNAL DO BRASIL